

**SOLVÊNCIA ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA DE GOIÂNIA (2014-2023):
AVALIAÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E PERFORMANCE DA
PREVISÃO E EXECUÇÃO**

 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-106>

Data de submissão: 10/09/2024

Data de publicação: 10/10/2024

Damarys de Oliveira Silva

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

E-mail: damarysoliveira83887@gmail.com

Johnny Jorge de Oliveira

Doutor em Educação pela Universidad Católica de Santa Fe (UCSF)

Universidade Federal de Goiás (UFG)

E-mail: johnnyjorge@ufg.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo avaliar a solvência orçamentária da Prefeitura de Goiânia no período de 2014 a 2023, com base na análise do equilíbrio entre a previsão e a execução de receitas e despesas. A pesquisa foi motivada pela necessidade de compreender a sustentabilidade fiscal do município e identificar os principais desafios enfrentados na gestão financeira. Utilizando dados das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e aplicando indicadores de Lima e Diniz (2016), a pesquisa adota uma abordagem quantitativa, com ênfase na análise financeira comparativa. Foram analisados indicadores de receita e despesa, como desempenho de arrecadação, eficiência na arrecadação e grau de cobertura dos créditos adicionais. Os resultados apontam uma boa execução orçamentária nas despesas correntes e alta eficiência na arrecadação, mas também revelam desafios relacionados à diversificação de receitas e dificuldades em cobrir créditos adicionais. Conclui-se que ajustes no planejamento e maior flexibilidade fiscal são necessários para enfrentar futuros desafios econômicos e garantir a sustentabilidade fiscal a longo prazo.

Palavras-chave: Solvência Orçamentária. Desempenho. Equilíbrio Orçamentário.

1 INTRODUÇÃO

A administração pública é um instrumento utilizado pelo governo para definir objetivos, diretrizes e tomadas de decisões do Estado, que, por sua vez é o ente intangível, soberano e constante que exerce o seu poder por meio do governo (PALUDO, 2010).

Sobre a administração pública, a Constituição Federal de 1988 impôs o princípio da eficiência, devendo garantir qualidade e um bom resultado na utilização dos recursos públicos sempre em prol do bem comum (MORAES, 2006). Em um contexto local de Goiânia, capital do Estado de Goiás, a gestão eficiente dos recursos públicos é essencial para o desenvolvimento econômico e social para a cidade. Considerando os desafios significativos nos últimos anos que a Prefeitura de Goiânia tem enfrentado, torna-se relevante a análise da sua solvência orçamentária, considerando que a mesma afeta a viabilização dos serviços públicos fornecidos.

Segundo Lima e Diniz (2016), a sustentabilidade financeira é atingida por meio de uma gestão eficaz dos recursos públicos e uma execução orçamentária rígida. Concomitantemente, a solvência orçamentária consegue demonstrar a saúde financeira de uma entidade pública, refletindo sua capacidade de cumprir com suas obrigações, tanto presentes quanto futuras, sem afetar a continuidade dos serviços públicos.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são fontes importantes de dados para uma gestão pública eficaz, mas, se não houver organização desses dados, eles não podem ser considerados informações para tomada de decisões (REZENDE E ABREU, 2017). Assim, as informações são o resultado da organização e classificação dos dados, permitindo uma interpretação e análise que possibilitam uma conclusão e, a partir disso, tomar uma decisão (OLIVEIRA, 1997).

Diante do exposto, mostra-se necessário avaliar a eficiência da gestão pública e o desempenho financeiro com base em um dos princípios orçamentários, o equilíbrio entre a previsão e a execução de receitas e despesas. Nesse sentido, surge o problema desta pesquisa: como a Prefeitura de Goiânia tem mantido a solvência orçamentária e o equilíbrio financeiro ao longo dos últimos 10 anos (2014 – 2023), considerando a diferença entre os resultados previstos e executados?

Para responder essa questão, a pesquisa apresenta uma análise baseada nos principais indicadores de desempenho aplicado ao setor público, utilizando da organização dos dados presentes nas DCASP. A partir dos resultados desses indicadores e de uma interpretação fundamentada na teoria estudada, será possível avaliar o equilíbrio orçamentário da Prefeitura de Goiânia e a respectiva performance dos resultados de previsão e execução.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico por ser uma base conceitual e empírica para o estudo é essencial na pesquisa acadêmica. No contexto dessa pesquisa, serão abordados os principais conceitos e perspectivas que orientam a gestão e a avaliação financeira no setor público. Essa revisão da literatura terá como principais temas: condição financeira e solvência orçamentária, gestão e execução orçamentária, previsão orçamentária e indicadores da solvência orçamentária.

A estrutura do referencial teórico possibilitará uma base robusta para a análise da solvência orçamentária da Prefeitura de Goiânia, propiciando uma avaliação detalhada da performance dos resultados de previsão e execução dos 10 anos.

2.1 CONDIÇÃO FINANCEIRA E SOLVÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

A definição de condição financeira apresentada por Wang *et al.* (2007) é a aptidão de uma organização para cumprir com suas obrigações presentes com qualidade e eficiência, atendendo os anseios da sociedade, sem que comprometa as obrigações futuras, preservando a continuidade dos serviços públicos.

O conhecimento e a análise da condição financeira de qualquer ente governamental são fundamentais para prever e evitar crises e também para tomada de decisões, devendo ser algo constante para a estabilidade da saúde financeira de um governo, de modo a manter o serviço público atendendo às necessidades da população (ARAÚJO, SOUZA, DINIZ, RÊGO & LIRA, 2023). Sendo assim, considerando a relação direta que há entre os recursos públicos alocados de acordo com as obrigações inevitáveis e as variações econômicas que podem afetar negativamente (DANTAS, DINIZ & LIMA, 2019), a condição financeira se caracteriza como um evento dinâmico e por consequência complexo, podendo ser influenciado por fatores econômicos, sociais e políticos. (DONATO, 2020).

Portanto, a condição financeira de uma entidade pública satisfatória sugere que a organização está apta e estável para momentos de crise financeira e que consegue conservar o nível das suas atividades. No entanto, em algum momento será necessário a redução de gastos para que consiga manter a saúde financeira do ente (LIMA & DINIZ, 2016), corroborando a conclusão de que tanto a arrecadação de receitas quanto as despesas de uma população são influenciadas pela condição financeira (DANTAS, DINIZ & LIMA, 2019).

2.2 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento é um dos artefatos de controle mais importantes na administração pública, definindo as prioridades para aplicabilidade e uso dos recursos públicos (PIRES & MOTTA, 2006). O

processo de previsão orçamentária envolve a estimativa de receitas e despesas futuras, fundamentando-se em dados históricos, tendências econômicas e políticas fiscais. Sendo assim, a precisão de um orçamento é essencial para cumprir os programas públicos e atender às demandas da sociedade (KROL, 2013).

Segundo a Constituição Federal de 1988, o artigo 165 esclarece que o Poder Executivo será responsável pelo processo orçamentário, que é dividido em três etapas: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA define diretrizes, objetivos e metas para os programas de duração continuada, despesas de capital e outras delas decorrentes. A Lei de Diretrizes Orçamentárias orienta os orçamentos anuais, estabelecendo prioridades e diretrizes para a elaboração. Por fim, a LOA é todo o planejamento anual dos entes governamentais, com suas respectivas previsões de arrecadação de receitas e fixação de despesas (MAUSS, 2012).

Além da Constituição, a Lei nº 4.320/1964 também estabelece normas gerais para a elaboração e controle do ciclo orçamentário nas entidades públicas. Essa lei detalha os princípios, regras e procedimentos que devem ser seguidos para garantir a eficiência, eficácia e transparência na gestão dos recursos públicos e se trata de um marco importante na administração financeira pública brasileira, fornecendo a base legal para a organização e funcionamento do orçamento público.

As metodologias de previsão orçamentária no Brasil, enfatizam a relevância da coleta e análise de dados confiáveis para desenvolver previsões assertivas. A exatidão nas previsões orçamentárias é vital para prevenir déficits e assegurar um equilíbrio sustentável entre receitas e despesas.

2.3 GESTÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A gestão orçamentária no setor público compreende o planejamento, a execução e o controle das finanças públicas, com o objetivo de garantir eficiência, transparência e responsabilidade na utilização dos recursos. Uma gestão orçamentária bem-sucedida é essencial para assegurar a saúde financeira e o alcance de metas governamentais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece diversas diretrizes e obrigações tanto na gestão orçamentária quanto na previsão e execução de receitas e despesas, conferindo a todo o processo orçamentário das instituições públicas transparência e responsabilidade.

A execução orçamentária é uma fase fundamental que converte as previsões orçamentárias em medidas concretas, exigindo uma gestão cuidadosa dos recursos financeiros. Pesquisas de Marino (2021) corroboram para a investigação da eficácia na execução orçamentária, apontando estratégias que favorecem a otimização dos gastos públicos e o equilíbrio financeiro.

2.4 INDICADORES DA SOLVÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

Os indicadores da solvência orçamentária propiciam a posição financeira do ente governamental por meio do equilíbrio orçamentário entre a previsão e a execução do orçamento.

Os indicadores de execução da receita orçamentária têm como principal objetivo verificar a dimensão das receitas correntes e das receitas de capital ante as suas respectivas previsões. Sendo possível analisar o desempenho da arrecadação da receita para a entidade. (LIMA & DINIZ, 2016)

Quadro 1 – Indicadores de execução da receita orçamentária

INDICADOR	FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
Desempenho da arrecadação	$\frac{\text{Receita realizada}}{\text{Receita prevista}}$	Mede a eficiência da receita. Evidencia se houve excesso de arrecadação para atender as ações não autorizadas inicialmente no orçamento.
Desempenho relativo da arrecadação	$\frac{\text{Receita realizada} - \text{receita prevista}}{\text{Receita corrente}}$	Demonstra o excesso ou insuficiência de arrecadação sobre a receita corrente.
Eficiência na arrecadação	$\frac{\text{Receita de impostos arrecadados}}{\text{Receita prevista de impostos}}$	Mede a capacidade da administração pública em arrecadar impostos em relação à previsão.
Participação da receita corrente	$\frac{\text{Receita corrente}}{\text{Receita orçamentária total}}$	Mostra a proporção das receitas correntes em relação ao total das receitas arrecadadas. Uma relação alta desse indicador sugere a capacidade da entidade em se autofinanciar
Participação da receita de capital	$\frac{\text{Receita de capital}}{\text{Receita orçamentária total}}$	Mostra a proporção das receitas de capital em relação à receita total. Uma relação alta desse indicador sugere alto grau de endividamento e/ou dependência de transferências de recursos de esferas superiores

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016).

Os indicadores de despesas correntes e despesas de capital possibilitam, assim como os indicadores de execução de receita orçamentária, avaliar o nível das despesas efetivamente gastas em relação ao planejamento do orçamento. Já os índices de modificações orçamentárias e do grau de cobertura de créditos adicionais permitem verificar a flexibilidade financeira do ente diante de despesas não previstas. (LIMA & DINIZ, 2016)

Quadro 2 – Indicadores de execução da despesa orçamentária

INDICADOR	FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
Desempenho da despesa orçamentária	$\frac{\text{Despesa executada}}{\text{Despesa fixada}}$	Indicador de eficiência da despesa, que demonstra a relação entre as despesas empenhadas e a dotação inicial mais os créditos adicionais.

Desempenho relativo da despesa	$\frac{\text{Despesa fixada - despesa executada}}{\text{Despesa total}}$	Evidencia a economia orçamentária em relação à despesa orçamentária total.
Índices de modificações orçamentárias	$\frac{\text{Créditos adicionais}}{\text{Despesa total}}$	Demonstra a dimensão de alteração do orçamento por meio da relação entre os créditos adicionais abertos no exercício e a despesa total.
Grau de cobertura dos créditos adicionais	$\frac{\text{Desempenho relativo da arrecadação}}{\text{Índice de modificações orçamentárias}}$	Mostra se os recursos produzidos pela execução orçamentária do exercício foram suficientes para respaldar os créditos adicionais abertos.
Participação da despesa corrente	$\frac{\text{Despesa corrente}}{\text{Despesa total}}$	Evidencia a participação das despesas operacionais em relação à despesa total.
Participação da despesa de capital	$\frac{\text{Despesa de capital}}{\text{Despesa total}}$	Evidencia o nível de investimentos em relação à despesa total.

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016).

Embora a análise da solvência no setor público seja um campo importante para a gestão fiscal, os estudos empíricos específicos sobre a solvência em prefeituras brasileiras têm sido limitados nos últimos anos. Assim, optou-se por utilizar referências consolidadas, como as de Lima e Diniz (2016), que continuam sendo amplamente reconhecidas e utilizadas como base para a análise de solvência em entidades públicas. Esses autores forneceram uma estrutura teórica e metodológica fundamentada, cuja relevância se mantém até o presente, diante da ausência de novas abordagens amplamente aplicadas no contexto brasileiro.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem quantitativa combinada com pesquisa documental, por ser a mais adequada para realizar uma análise detalhada e objetiva dos dados financeiros extraídos das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Essa metodologia é ideal para analisar séries históricas de indicadores, possibilitando a avaliação da solvência orçamentária com base em critérios numéricos. Os dados foram extraídos das demonstrações contábeis disponibilizadas no Portal da Transparência da Prefeitura de Goiânia. As demonstrações analisadas correspondem aos relatórios de prestação de contas dos anos de 2014 a 2023, incluindo:

- Comparativo da receita orçada com a arrecadada;
- Comparativo da despesa autorizada com a realizada;
- Balanço Orçamentário;
- Demonstração da receita;
- Despesa segundo as categorias econômicas;
- Orçamento programa - resumo geral da receita.

Os dados extraídos das demonstrações contábeis foram tabulados em uma planilha do software Microsoft Office Excel e ajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado até 2023, o que assegura a comparabilidade entre os anos do período analisado. Optou-se pelos indicadores de Lima e Diniz (2016), reconhecidos na literatura por sua eficácia na medição da eficiência orçamentária no setor público, além de sua aplicabilidade em diferentes esferas governamentais.

A análise dos dados foi feita por meio de gráficos para visualizar a evolução dos indicadores ao longo dos 10 anos, facilitando a identificação de tendências e padrões. As tabelas foram utilizadas para apresentar os dados numéricos de forma descritiva, oferecendo uma base sólida para a interpretação dos resultados. A combinação de gráficos e tabelas facilita a compreensão das variações anuais e das médias de desempenho dos indicadores. A análise dos indicadores concentrou-se nas médias e variações anuais, com atenção especial para os períodos de maior discrepância. Tanto as variações horizontais quanto as verticais foram interpretadas à luz do desempenho financeiro da Prefeitura de Goiânia, visando avaliar a sua capacidade de manter a solvência orçamentária e equilibrar receitas e despesas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

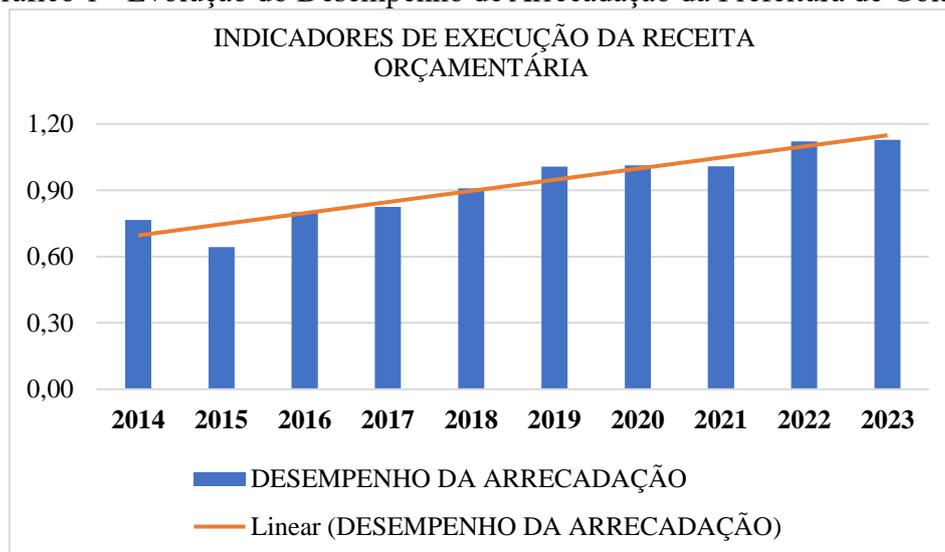
Nesta seção, são apresentados os resultados da análise dos indicadores utilizados para avaliar a solvência orçamentária da Prefeitura de Goiânia no período de 2014 a 2023. A análise está dividida em dois grupos principais: (i) indicadores de execução da receita orçamentária e (ii) indicadores de execução da despesa orçamentária. Foram priorizados tanto os indicadores que apresentaram resultados discrepantes ao longo dos anos quanto outros que, embora mais consistentes, são essenciais para a uma compreensão abrangente da situação orçamentária. Além disso, foi realizada uma consolidação de todos os indicadores, incluindo valores mínimos, máximos e médios.

Os resultados foram acompanhados de gráficos que ilustram a evolução dos indicadores mais relevantes, permitindo a identificação de padrões e tendências. A interpretação desses dados teve como objetivo proporcionar uma compreensão clara da capacidade do município de manter o equilíbrio entre receitas e despesas, aspecto essencial para garantir a continuidade dos serviços públicos e a sustentabilidade das finanças municipais.

4.1 INDICADORES DE EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

No primeiro indicador, desempenho de arrecadação, que demonstra a relação entre a receita prevista e a realizada, observa-se que o ente enfrentou frustrações na arrecadação nos primeiros cinco anos (2014 a 2018), com índices abaixo de 100%.

Gráfico 1 - Evolução do Desempenho de Arrecadação da Prefeitura de Goiânia



Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

Para facilitar a compreensão, o Gráfico 1 apresenta os índices de desempenho de arrecadação ao longo dos anos, acompanhado de uma linha de tendência que indica um crescimento gradual. Esse comportamento sugere uma melhora na eficiência da arrecadação, com os valores se aproximando e eventualmente superando 100%, refletindo uma evolução positiva na arrecadação em comparação às previsões iniciais.

A tabela abaixo complementa o gráfico anterior, detalhando os índices de desempenho em porcentagem e destacando as variações horizontais anuais, proporcionando uma análise mais aprofundada dos dados. Embora geralmente estável, a variação horizontal apresenta picos significativos em 2015 e 2016. Esses anos coincidem com períodos de instabilidade econômica nacional, o que pode ter impactado diretamente a arrecadação municipal. A queda na arrecadação em 2015, por exemplo, pode estar associada à recessão enfrentada pelo Brasil, enquanto a recuperação parcial em 2016 reflete um leve ajuste econômico.

Tabela 1 - Índices de Desempenho de Arrecadação e Variação Horizontal

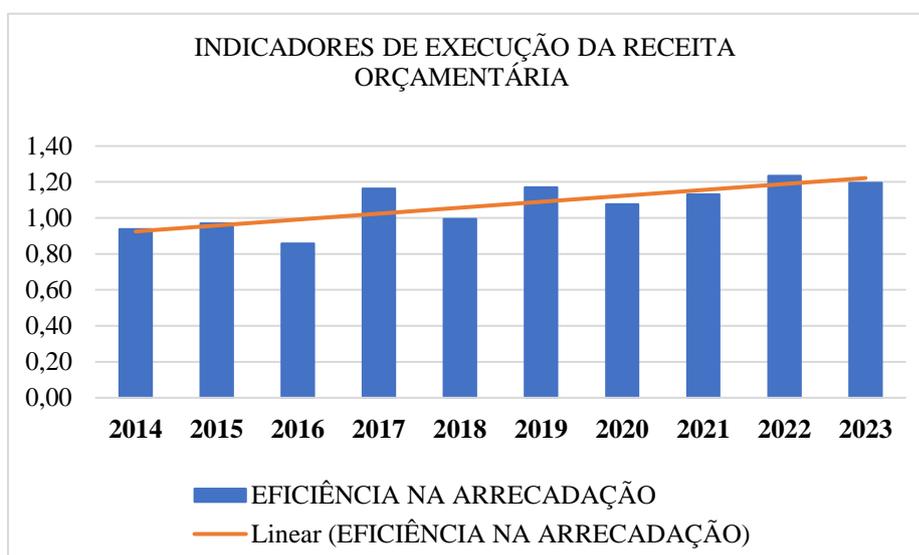
ANO	ÍNDICE	VARIAÇÃO HORIZONTAL
2014	76,55%	-
2015	64,27%	-16,05%
2016	80,10%	24,64%

2017	82,53%	3,03%
2018	90,80%	10,01%
2019	100,72%	10,93%
2020	101,26%	0,53%
2021	100,86%	-0,39%
2022	112,01%	11,05%
2023	112,81%	0,72%

Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

O Gráfico 2 apresenta os índices de eficiência na arrecadação ao longo dos anos, refletindo a capacidade da administração pública em arrecadar impostos conforme previsto.

Gráfico 2 – Evolução da Eficiência na Arrecadação



Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

Observa-se que, entre 2014 e 2016, os índices ficaram abaixo de 100%, evidenciando dificuldades na arrecadação. A partir de 2017, o índice atinge 100%, e em 2018 se aproxima desse valor, indicando uma recuperação nas receitas. Nos anos seguintes, os índices superam consistentemente 100%, refletindo uma melhoria na capacidade da administração pública em arrecadar impostos de forma eficiente em relação às previsões.

Para melhor apreciação dos dados, a tabela a seguir detalha os percentuais de eficiência na arrecadação e as respectivas variações horizontais ao longo dos anos. A partir de 2015, observa-se que a maior variação ocorreu em 2017, quando o índice subiu de 85,76% para 116,44%, representando um aumento expressivo de 35,77%. Embora o índice de 2018 tenha regredido e apresentado uma variação negativa, o crescimento significativo foi registrado novamente em 2019, ao alcançar 117,14%, indicando uma melhoria contínua na capacidade de arrecadação ao longo do período analisado.

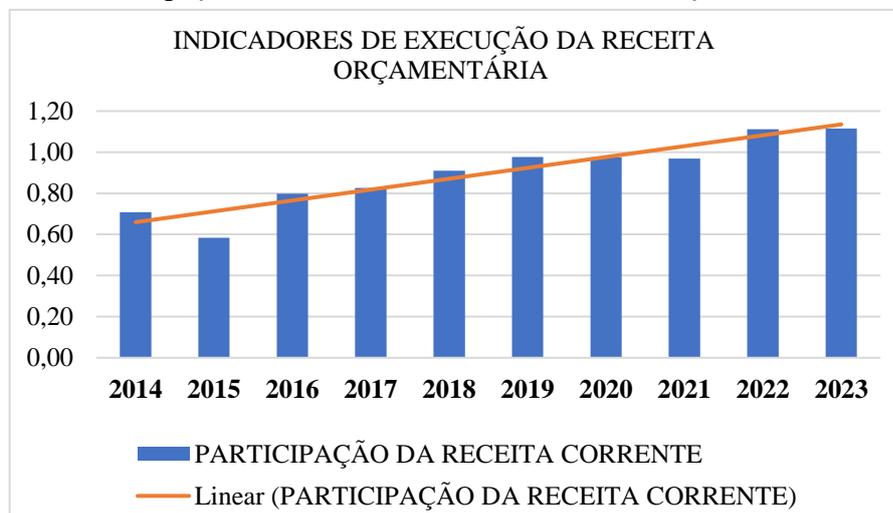
Tabela 2 - Índices de Eficiência na Arrecadação e Variação Horizontal

ANO	ÍNDICE	VARIAÇÃO HORIZONTAL
2014	93,88%	-
2015	97,04%	3,36%
2016	85,76%	-11,61%
2017	116,44%	35,77%
2018	99,46%	-14,59%
2019	117,14%	17,78%
2020	107,62%	-8,13%
2021	113,14%	5,13%
2022	123,54%	9,19%
2023	119,47%	-3,30%

Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

O gráfico de Participação da Receita Corrente mostra a proporção de receitas correntes em relação ao total de receitas orçamentárias. Ao longo dos anos, a proporção da receita corrente na receita orçamentária total se manteve próxima de 1, demonstrando uma estabilidade na dependência da receita corrente para o financiamento das atividades públicas. A linha de tendência reforça essa constância, com uma leve elevação nos últimos anos, sugerindo uma dependência ainda maior da receita corrente para a manutenção da solvência orçamentária.

Gráfico 3 – Participação da Receita Corrente na Receita Orçamentária Total



Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

A Tabela 3 detalha os índices de Participação da Receita Corrente entre 2014 e 2023. Com os valores oscilando próximos a 100%, os dados indicam que a receita corrente tem sido o principal componente das receitas orçamentárias do ente público contrastando com a proporção das receitas de capital, que é bastante baixa, frequentemente inferior a 5% (Quadro 3). Isso revela uma dependência limitada de receitas de capital. As variações horizontais são mínimas, o que sugere uma estabilidade

no fluxo de receita corrente, reforçando a importância desta como fonte de financiamento das obrigações públicas ao longo do período analisado.

Tabela 3 - Índices de Participação da Receita Corrente e Variação Horizontal

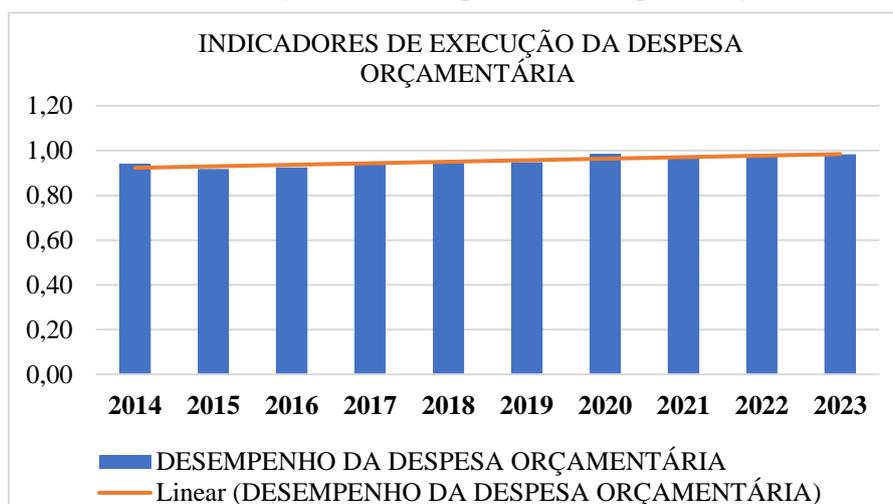
ANO	ÍNDICE	VARIAÇÃO HORIZONTAL
2014	70,79%	-
2015	58,39%	-17,51%
2016	79,85%	36,76%
2017	82,58%	3,41%
2018	91,01%	10,21%
2019	97,60%	7,24%
2020	97,51%	-0,08%
2021	96,93%	-0,60%
2022	111,14%	14,66%
2023	111,45%	0,28%

Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

4.2 INDICADORES DE EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

O Gráfico 4 demonstra a evolução do índice de Desempenho da Despesa Orçamentária, que revela a eficiência sólida na execução das despesas, com índices consistentemente acima de 90% ao longo dos dez anos. Essa estabilidade pode indicar que a Prefeitura de Goiânia tem mantido um controle fiscal rigoroso, cumprindo as obrigações orçamentárias de forma eficaz. A ausência de flutuações acentuadas sugere uma gestão orçamentária bem planejada, refletindo a capacidade do ente público em honrar seus compromissos financeiros de maneira confiável. Essa constatação é reforçada pelas variações temporais mínimas apresentadas na Tabela 4.

Gráfico 4 – Evolução do Desempenho da Despesa Orçamentária



Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

Tabela 4 - Índices do Desempenho da Despesa Orçamentária e Variação Horizontal

ANO	ÍNDICE	VARIAÇÃO HORIZONTAL
2014	94,20%	-
2015	91,78%	-2,58%
2016	92,56%	0,85%
2017	94,47%	2,07%
2018	94,46%	-0,02%
2019	94,72%	0,28%
2020	98,71%	4,21%
2021	97,30%	-1,42%
2022	97,30%	0,00%
2023	98,33%	1,06%

Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

A evolução do Desempenho Relativo da Despesa revela uma tendência decrescente ao longo dos anos, indicando que a economia orçamentária em relação à despesa total está diminuindo. Essa tendência sugere que a Prefeitura de Goiânia pode estar gastando mais em relação ao que foi originalmente planejado. A diminuição da eficiência pode refletir dificuldades em controlar os gastos, impactando a capacidade de atender às obrigações financeiras de maneira sustentável.

Gráfico 5 – Evolução do Desempenho Relativo da Despesa



Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

A tabela a seguir permite visualizar os percentuais observados no gráfico, juntamente com a variação horizontal.

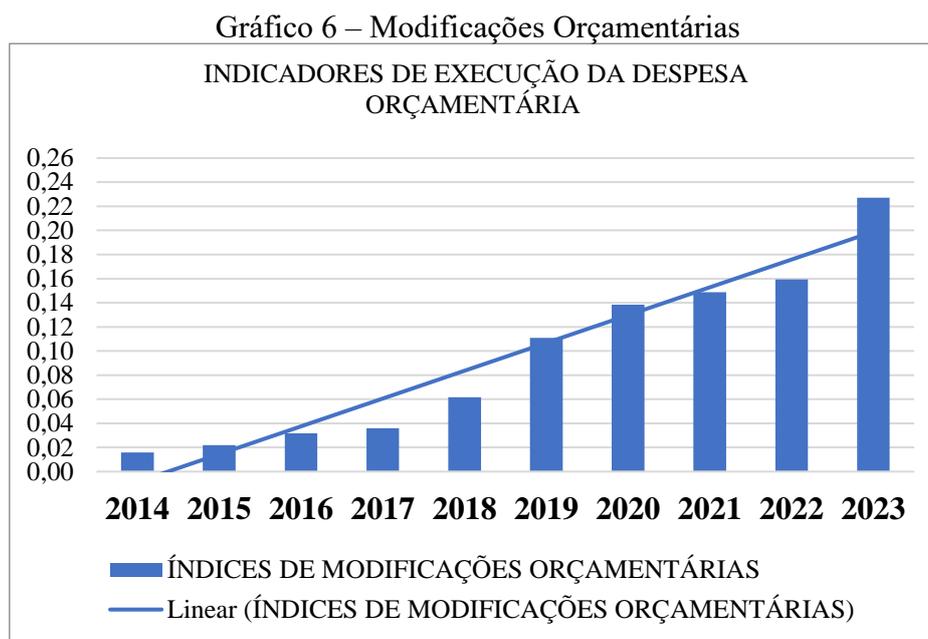
Tabela 5 - Índices do Desempenho Relativo da Despesa e Variação Horizontal

ANO	ÍNDICE	VARIAÇÃO HORIZONTAL
2014	4,36%	-
2015	5,31%	21,81%

2016	5,68%	6,94%
2017	4,30%	-24,38%
2018	4,52%	5,27%
2019	4,58%	1,24%
2020	1,05%	-77,17%
2021	2,26%	116,38%
2022	2,15%	-4,90%
2023	1,47%	-31,59%

Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

No que diz respeito ao Índice de Modificações Orçamentárias, o gráfico ilustra a dimensão das alterações realizadas no orçamento ao longo dos anos. Os dados refletem a necessidade de ajustes orçamentários em resposta a mudanças nas circunstâncias financeiras. Embora haja um crescimento significativo no período analisado, a cobertura permanece abaixo de 0,3, o que indica que os créditos adicionais abertos estão aquém do necessário para cobrir todas as despesas.



Apesar das variações significativas ao longo dos anos apresentadas na Tabela 6, essas não são suficientes para resultar em um crescimento expressivo nas modificações do orçamento.

Tabela 6 - Índices de Modificações Orçamentárias e Variação Horizontal

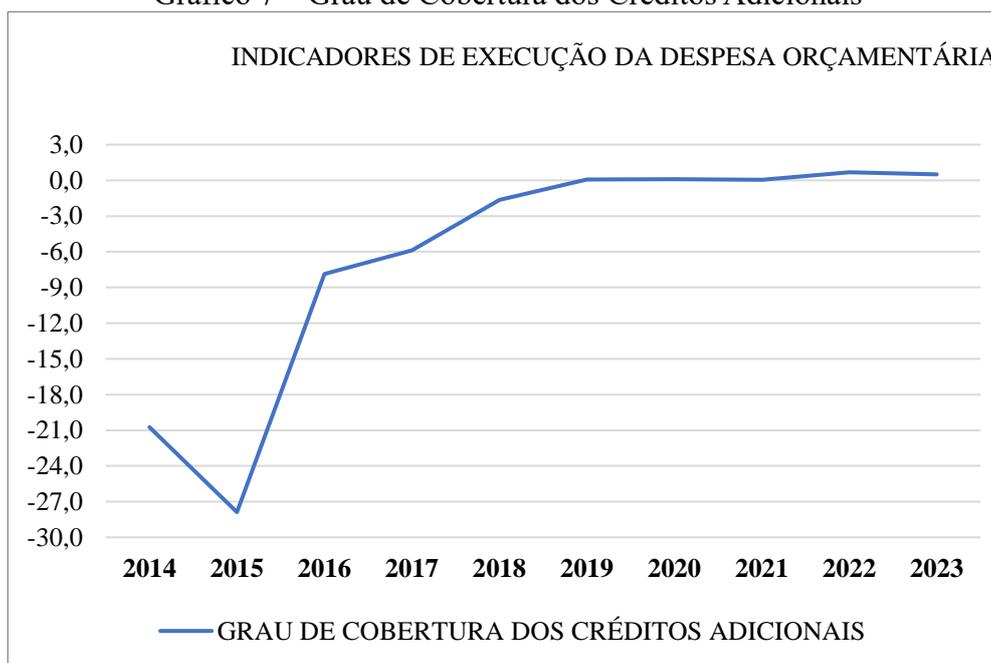
ANO	ÍNDICE	VARIAÇÃO HORIZONTAL
2014	1,60%	-
2015	2,19%	37,45%
2016	3,17%	44,34%
2017	3,59%	13,30%
2018	6,16%	71,63%
2019	11,10%	80,10%

2020	13,85%	24,80%
2021	14,88%	7,45%
2022	15,93%	7,05%
2023	22,71%	42,62%

Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

Um índice relevante que reflete a relação entre o desempenho relativo da arrecadação e o índice de modificações orçamentárias é o Grau de Cobertura dos Créditos Adicionais. O Gráfico 7 revela uma grande discrepância nos valores ao longo dos dez anos analisados. Nos primeiros anos, especialmente em 2014 e 2015, os índices apresentam valores negativos, indicando que a execução orçamentária não foi suficiente para cobrir os créditos adicionais abertos, refletindo um desafio na gestão fiscal. A partir de 2018, embora os valores se tornem positivos, permanecem próximos de zero, indicando que, embora haja uma leve melhora, a capacidade de cobertura dos créditos adicionais ainda é limitada.

Gráfico 7 – Grau de Cobertura dos Créditos Adicionais



Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

Os valores dos índices apresentam discrepâncias significativas e podem ser melhor visualizados na tabela a seguir.

Tabela 7 – Grau de Cobertura de Créditos Adicionais e Variação Horizontal

ANO	ÍNDICE	VARIAÇÃO HORIZONTAL
2014	-2074,45%	-
2015	-2788,21%	34,41%
2016	-786,48%	-71,79%
2017	-589,26%	-25,08%

2018	-164,13%	-72,15%
2019	6,66%	-104,06%
2020	9,30%	39,72%
2021	5,99%	-35,62%
2022	67,82%	1032,59%
2023	50,61%	-25,38%

Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

4.3 CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO INDICADORES DE RECEITA E DESPESA

Observando a análise consolidada dos indicadores de receita e despesa apresentados no quadro sugere um panorama misto sobre o desempenho fiscal ao longo dos anos. Os indicadores de arrecadação mostram, em média, uma performance estável, mas com oscilações consideráveis entre os valores mínimos e máximos. O desempenho da arrecadação, por exemplo, apresentou uma média de 92,19%, o que denota um resultado relativamente satisfatório. Entretanto, o fato de a arrecadação ter atingido valores mínimos de 64,27% demonstra que, em determinados momentos, a capacidade de arrecadação ficou bem abaixo do potencial esperado.

Além disso, a eficiência na arrecadação manteve-se em um nível elevado, com uma média de 107,35%, o que reflete uma boa capacidade do município de arrecadar seus recursos de forma eficiente. Entretanto, os valores mínimos indicam que nem todos os anos mantiveram essa eficiência, o que pode indicar momentos de dificuldades econômicas ou ineficiências na administração tributária. Já o desempenho relativo da arrecadação apresentou uma média negativa (-12,53%), indicando que, apesar de um desempenho geral satisfatório, houve períodos em que o desempenho arrecadatório ficou abaixo do esperado, demonstrando fragilidades na capacidade de previsão e execução das metas fiscais.

Outro ponto de destaque é a participação das receitas correntes, que manteve uma média elevada de 89,72%, refletindo a forte dependência dessas receitas para o financiamento das despesas do município. Esse dado revela uma estrutura orçamentária muito centrada em receitas previsíveis e recorrentes, o que é positivo para o equilíbrio a curto prazo, mas pode limitar a flexibilidade do ente público em enfrentar crises fiscais ou realizar investimentos de maior envergadura. A receita de capital, por outro lado, apresentou uma participação irrelevante, com média de apenas 1,68%, o que reforça a percepção de que o município possui poucas fontes de receita não recorrentes, como a alienação de ativos ou empréstimos, dificultando o financiamento de projetos mais robustos.

Em relação aos indicadores de despesa, nota-se um cenário relativamente controlado, com a despesa orçamentária alcançando uma média de 95,38%, próxima do ideal. Isso reflete um bom nível de execução das despesas previstas, e o mínimo de 91,78% sugere momentos de economia orçamentária. Esse controle é reforçado pelo desempenho relativo da despesa, que apresentou uma média de 3,57%, denotando uma ligeira tendência de superação das metas de execução. Ainda assim,

as modificações orçamentárias, com uma média de 9,52%, indicam a necessidade de ajustes durante o exercício fiscal, revelando uma certa incerteza nas previsões iniciais, mas sem comprometer significativamente a execução.

Entretanto, o grau de cobertura dos créditos adicionais apresentou uma variação extrema, com um valor mínimo de -2788,21% e um máximo de 67,82%, e uma média negativa de -626,22%, destacando uma incapacidade significativa de cobrir essas despesas imprevistas com receitas geradas ao longo do exercício. Isso demonstra que, em diversos anos, a Prefeitura enfrentou dificuldades significativas em cobrir os créditos adicionais abertos com os recursos arrecadados. Esse dado, aliado à baixa participação das despesas de capital, com média de 5,15%, reforça um perfil orçamentário mais voltado à manutenção das operações cotidianas, com pouca margem para investimentos ou projetos de longo prazo.

Para uma avaliação mais detalhada dos dados, apresenta-se o quadro a seguir.

Tabela 8 – Consolidação dos Indicadores

INDICADOR	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA
Desempenho da Arrecadação	64,27%	112,81%	92,19%
Desempenho Relativo da Arrecadação	-61,20%	11,50%	-12,53%
Eficiência na Arrecadação	85,76%	123,54%	107,35%
Participação da Receita Corrente	58,39%	111,45%	89,72%
Participação da Receita de Capital	0,25%	3,98%	1,68%
Desempenho da Despesa Orçamentária	91,78%	98,71%	95,38%
Desempenho Relativo da Despesa	1,05%	5,68%	3,57%
Índices de Modificações Orçamentária	1,60%	22,71%	9,52%
Grau de Cobertura dos Créditos Adicionais	-2788,21%	67,82%	-626,22%
Participação da Despesa Corrente	91,26%	97,27%	94,85%
Participação da Despesa de Capital	2,73%	8,74%	5,15%

Fonte: Dados da pesquisa, (2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da solvência orçamentária da Prefeitura de Goiânia no período de 2014 a 2023 revelou um cenário misto de eficiência fiscal e desafios estruturais. Os indicadores de arrecadação apresentaram, em média, uma boa performance, apesar de oscilações ao longo dos anos, especialmente em relação ao desempenho relativo da arrecadação, que apresentou fragilidades. A eficiência na arrecadação se manteve elevada, destacando a capacidade do município de arrecadar os recursos previstos. No entanto, a dependência predominante de receitas correntes indicou limitações na diversificação das fontes de receita, refletindo uma estrutura financeira voltada para o curto prazo, o que pode restringir a capacidade de realizar investimentos em projetos de longo prazo ou de responder de forma eficaz a crises fiscais.

Em relação às despesas, a execução se mostrou eficiente, com um controle rigoroso das despesas correntes. Entretanto, o índice de modificações orçamentárias evidenciou um aumento na necessidade de ajustes durante os exercícios fiscais, revelando uma certa imprecisão nas previsões iniciais. Outro ponto de atenção foi o grau de cobertura dos créditos adicionais, que apresentou uma variação extrema e uma média negativa, destacando a dificuldade do município em cobrir despesas extraordinárias com recursos próprios, o que pode comprometer a sustentabilidade fiscal em momentos de maior necessidade.

Diante disso, conclui-se que a Prefeitura de Goiânia tem mantido um equilíbrio fiscal relativamente estável, mas com a necessidade de aprimorar seu planejamento orçamentário para melhorar a flexibilidade financeira e a resiliência ao enfrentar desafios futuros e promover um crescimento sustentável. A diversificação das receitas, especialmente por meio da captação de receitas de capital, é relevante para garantir a sustentabilidade fiscal a longo prazo e viabilizar investimentos em projetos estruturantes que promovam o desenvolvimento socioeconômico do município.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. J. R.; SOUZA, D. C. F.; DINIZ, J. A.; RÊGO, C. J. F. N.; LIRA, A. R. Medidas objetivas e subjetivas de condição financeira governamental: os gestores públicos municipais conhecem sua condição financeira? *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 42, n. 1, 154-172, jan. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 02 maio 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Dispõe sobre normas gerais de direito financeiro, orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

DANTAS, A. F., Jr.; DINIZ, J. A.; LIMA, C. de L. A Influência do Federalismo Fiscal sobre o Estresse Fiscal dos Municípios Brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 12, n. 3, 062–078, 2019.

DONATO, I. T. S. Fatores financeiros determinantes do stress fiscal dos estados brasileiros. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Brasil.

KROL, R. Evaluating state revenue forecasting under a flexible loss function. *International Journal of Forecasting*, v. 29, n. 2, 282-289, 2013.

LIMA, S. C.; DINIZ, J. A. Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental. São Paulo: Atlas, 2016.

MARINO, R. A. Avaliação das instituições federais de ensino superior da Região Metropolitana do Recife: um estudo a partir dos indicadores contábeis de desempenho. 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

MAUSS, C. V. Análise de demonstrações contábeis governamentais: instrumento de suporte à gestão pública. São Paulo: Atlas, 2012.

MORAES, A. de. Princípio da Eficiência e Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos Discricionários. *Revista De Direito Administrativo*, n. 243, 13–28, 2006.

OLIVEIRA, D. P. R. de. Sistemas de informações gerenciais: estratégias, táticas, operacionais. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PALUDO, A. Administração Pública. Elsevier, 2010.

PIRES, J. S. D. B.; MOTTA, W. F. A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 2, n. 25, 16–25, 2006.

REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. *Tecnologia da Informação - Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

WANG, X.; DENNIS, L.; TU, Y. S. J. Measuring financial condition: A study of US states. *Public Budgeting & Finance*, v. 27, n. 2, p. 1-21, 2007.